

Pater Seguros S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as  
Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em 30 de junho de 2018

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias	5
Demonstrações contábeis intermediárias	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2018	15

# Relatório da Administração da Pater Seguros S.A.

Prezados Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Pater Seguros S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas na forma das disposições legais e estatutárias, associadas às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório do Auditor Independente.

## **Desempenho das operações**

A Pater Seguros S.A. não teve operações de seguros ativas no primeiro semestre de 2018, sendo seu resultado fruto de seus investimentos financeiros.

## **Capacidade financeira**

Utilizando dados obtidos em modelos estatísticos e financeiros, a Pater Seguros S.A., declara ter capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários citados no item 5 das notas explicativas.

## **Acordo de acionistas**

Atendendo ainda ao disposto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, declaramos que inexistem contratos de usufruto de ações ou acordos de acionistas ou diretores para o exercício do direito de voto referente à sociedade Pater Seguros S.A.

## **Perspectivas e planos da Administração para o exercício de 2018**

A Companhia possui ativos da carteira própria no montante de R\$ 7.867 mil e patrimônio líquido positivo de R\$ 8.032 mil, ou seja, possui condições saudáveis de se sustentar até o início das novas operações determinadas pelo plano estratégico da Administração, realizando continuamente o monitoramento do cenário macroeconômico, para eventuais ajustes de seu planejamento.

**Agradecimentos**

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos agradecimentos aos acionistas pela confiança e apoio constantes e aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018.

A Diretoria  
Pater Seguros S.A.  
CNPJ - 06.068.410/0001-50

Diretoria:

Diretor Presidente – Pedro Claudio de Medeiros Bocayuva Bulcão  
Diretor Administrativo Financeiro – Marcelo Domingues Salustiano  
Diretora Técnica – Celina Maria Lins  
Atuário – Severino Garcia Ramos MIBA nº 357  
Contador – Maurício Cesar Costa - CRC / RJ nº 050.876/O-2



# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes  
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar  
Botafogo  
Rio de Janeiro | RJ | Brasil  
T +55 21 3512-4100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos:  
Diretores, Conselheiros e Acionistas da  
**Pater Seguros S.A.**  
Fortaleza – CE

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Pater Seguros S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pater Seguros S.A.** em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional**

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 2, que descreve que as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto de continuidade por meio do redirecionamento de estratégia operacional baseado nos planos da Administração da Companhia, nos termos estabelecidos pela aprovação prévia concedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da carta nº 330/2015/SUSEP/SEGER. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização, mensuração ou classificação de ativos e passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018

A handwritten signature in blue ink that reads "Ana Cristina Linhares Areosa".

Ana Cristina Linhares Areosa  
CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" – CE

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC SP-025.583/O-1 "S" – CE



# Pater Seguros S.A.

## Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Ativo circulante</b>		7.931	8.239
<b>Disponível</b>		18	4
Caixa e bancos		18	4
<b>Aplicações</b>	5	7.762	8.089
Títulos de renda fixa (Públicos)		-	195
Quotas de fundos de investimentos	5	7.762	7.894
<b>Títulos e créditos a receber</b>		151	146
Créditos tributários e previdenciários		95	91
Outros créditos		56	55
<b>Ativo não circulante</b>		106	-
<b>Realizável a longo prazo</b>		106	-
<b>Títulos e créditos a receber</b>		106	-
Depósitos judiciais		1	-
Títulos de renda fixa (Públicos)		105	-
<b>Total do ativo</b>		<u>8.037</u>	<u>8.239</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Pater Seguros S.A.

## Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Passivo circulante</b>		5	54
<b>Contas a pagar</b>		5	54
Obrigações a pagar		1	15
Dividendos a pagar		-	25
Impostos e encargos sociais a recolher		4	14
<b>Patrimônio líquido</b>	7	8.032	8.185
Capital social		4.300	4.300
Reservas de lucros		3.812	3.812
Dividendos adicionais propostos		-	73
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre		(80)	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>8.037</u>	<u>8.239</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Pater Seguros S.A.

## Demonstrações dos Resultados dos semestres findos Em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação - em reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
<b>Despesas Gerais</b>			
Despesas administrativas	9	(238)	(261)
Despesas com tributos	9	(28)	(27)
Resultado financeiro	9	186	414
<b>Resultado operacional</b>		----- (80)	----- 126
<b>Resultado antes do impostos</b>		----- (80)	----- 126
Imposto de renda	8	-	(20)
Contribuição social	8	-	(25)
<b>( = ) Lucro (Prejuízo) líquido do semestre</b>		----- <u>(80)</u>	----- <u>81</u>
Quantidade de ações		4.300.000	4.300.000
Lucro líquido (Prejuízo líquido) por ação (lotes de mil ações)		(18,60)	18,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Pater Seguros S.A.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos semestres findos Em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reservas		Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	4.300	324	3.483	188	-	8.295
Distribuição de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(188)	-	(188)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	81	81
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<u>4.300</u>	<u>324</u>	<u>3.483</u>	<u>-</u>	<u>81</u>	<u>8.188</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>4.300</u>	<u>329</u>	<u>3.483</u>	<u>73</u>	<u>-</u>	<u>8.185</u>
Distribuição de dividendos adicionais propostos	7.b	-	-	(73)	-	(73)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(80)	(80)
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<u>4.300</u>	<u>329</u>	<u>3.483</u>	<u>-</u>	<u>(80)</u>	<u>8.032</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Pater Seguros S.A.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - dos semestres findos Em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2018	30/06/2017
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do semestre</b>		(80)	81
<b>Variações nas contas patrimoniais</b>			
Ativos financeiros		222	187
Créditos das operações de seguros		-	-
Créditos fiscais e previdenciários		(4)	(4)
Depósitos judiciais e fiscais		(1)	-
Outros ativos		(1)	(2)
Obrigações a pagar		(14)	(6)
Impostos e contribuições		(10)	(4)
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>		112	252
<b>Atividades de Investimento</b>			
Recebimento pela Venda de Ativo Permanente		-	-
Pagamento pela Compra de Ativo Permanente		-	-
<b>Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades de Investimento</b>		-	-
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		(98)	(250)
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento</b>		(98)	(250)
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		14	2
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
no início do semestre		4	9
no final do semestre		18	11
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		14	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Pater Seguros S.A.

## Demonstrações de Resultados Abrangentes dos semestres findos Em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre	(80)	81
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do semestre</b>	<b>(80)</b>	<b>81</b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **1. Contexto operacional**

A Pater Seguros S.A. (Companhia ou Seguradora) é uma sociedade anônima fechada, com sede no Brasil e matriz situada na Avenida Santos Dumont, nº 2.122, sala 608 – Aldeota – Fortaleza – CE, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em seguros de pessoas.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possui ativos da carteira própria no montante de R\$ 7.867 e patrimônio líquido positivo de R\$ 8.032, ou seja, condições saudáveis de se sustentar até o início das novas operações determinadas pelo plano estratégico da Administração, nos termos estabelecidos pela aprovação concedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da Carta nº 330/2015/SUSEP/SEGER, que autoriza a operação da Companhia nas regiões Norte, Nordeste e Sul, nos ramos de pessoas.

## **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis intermediárias**

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foi concedida pela Administração da Seguradora em 24 de agosto de 2018.

### **a) Continuidade**

A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está em processo de estudo e análises de mercado para viabilização de negócios futuros. Todavia, a Seguradora concluiu que possui recursos suficientes para dar continuidade a suas operações. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade normal. Portanto, as demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base nesse princípio.

**b) Declaração de conformidade**

Em 30 de julho de 2015, a SUSEP emitiu a Circular SUSEP nº 517 e suas respectivas alterações que dispõe sobre as Normas Contábeis e o plano de contas a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Desta forma, as demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

A adoção das práticas contábeis estabelecidas na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações não trouxe qualquer alteração a ser efetuada nas demonstrações contábeis de forma retroativa, de acordo com os requerimentos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

**c) Base para mensuração**

Os valores contidos nas demonstrações contábeis intermediárias são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado e das provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

**d) Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Seguradora é o real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera. As demonstrações contábeis intermediárias também estão sendo apresentadas na referida moeda.

**e) Novas normas contábeis e interpretação ainda não adotadas**

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, quando referendadas pela SUSEP, encontra-se:

- IFRS 16 – Substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06(IAS 17) Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, /SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.



A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial do arrendatário. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Contabilidade do arrendador permanece semelhante a norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Com data de vigência a partir de janeiro de 2019, a Companhia ainda está em processo de análise deste novo pronunciamento, observando criteriosamente o novo conceito de arrendamento mercantil, principalmente, na sua atuação como arrendatário.

- IFRS 17 - Contratos de Seguros, substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021.

Até a data da publicação destas demonstrações contábeis intermediárias, a SUSEP não havia referendado os CPC's 06 (R2) (IFRS 16) e a IFRS 17. A IFRS 17 – Contratos de seguros, ainda não foi referendado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### **3. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias da Seguradora estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

#### **a) Disponível**

Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes na data do balanço e com risco insignificante de mudanças no valor de mercado.

#### **b) Ativos financeiros**

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço.

A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

**i) Mensurados ao valor justo por meio de resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

**ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. A Seguradora deve ter a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento.

Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título, e são avaliados pelo seu valor de aquisição (valor justo), acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis intermediárias, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

**iii) Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

**c) Apuração do resultado**

Os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 foram obtidos exclusivamente de aplicações de recursos livres e vinculados da seguradora, por meio de fundo de investimento exclusivo.

**d) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

**e) Redução ao valor recuperável dos ativos**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nenhuma provisão foi considerada necessária em 30 de junho de 2018 e no exercício de 2017.

**f) Contribuição social e imposto de renda**

Sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incidem o imposto de renda à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social à alíquota de 20% do período.

**g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

**Contingências ativas**

Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis intermediárias, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

**Contingências passivas**

São reconhecidas nas demonstrações contábeis intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível e remota são apenas divulgadas em notas explicativas.

## Obrigações legais

### Fiscais e previdenciárias

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

### h) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Administração optou pela divulgação do método indireto.

## 4. Gestão de risco financeiro

Os detalhamentos dos controles estão descritos no contexto de cada risco. Por recursos financeiros, entende-se todo recurso monetário em moeda nacional ou aplicação em instituição financeira. Por títulos e valores mobiliários, entende-se toda forma de aplicação de recurso financeiro legalmente instituído. Os parâmetros básicos contemplam as análises dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio e crescimento da economia. As gestões de riscos de investimentos financeiros estão definidas como:

### Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Com o objetivo de mitigar o risco de crédito, os ativos livres foram alocados em fundo exclusivo e são monitorados mensalmente pela área de Controladoria por meio das agências classificadoras de risco. As análises de Risco de Créditos são baseadas no Rating determinado por agências classificadoras de riscos internacionais.

Composição da carteira por classe e categoria contábil	FITCH				Sem rating/ títulos públicos	Total
	AAA	AA+ / AA / AA-	A+ / A / A-	Outras Classif.		
<b>I. Títulos para negociação</b>						
Fundo exclusivo (*)	467	542	35	23	6.695	7.762
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>						
Títulos Públicos (LFTs)	-	-	-	-	105	105
<b>Total geral</b>	<b>467</b>	<b>542</b>	<b>35</b>	<b>23</b>	<b>6.800</b>	<b>7.867</b>

(\*) Divide-se em renda fixa, multimercado e renda variável.

### Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor de ativos, valores mobiliários ou qualquer outro instrumento utilizado pelo mercado financeiro.

Além do Stress Test, o controle do Risco de Mercado é baseado no modelo VAR (*Value at Risk*) paramétrico, especificado com nível de confiança de 99% dado um horizonte de tempo de um dia, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, metodologia esta aplicada aos ativos da empresa, conforme tabela a seguir:

<u>Ativo</u>	<u>VaR - Value at Risk</u>	
FIC Institucional	R\$ 8	0,10%
LFT	R\$ 0	0,00%

Nível de Confiança de 99% com horizonte de 1 dia.

Durante a realização do Stress Test foram obtidos os valores descritos na tabela a seguir, baseados em cenário disponibilizado pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F):

Classe	Premissa	Saldo em 30/06/18	Estimado em 30/06/18	Varição no resultado antes dos impostos	Varição no PL
<b>I. Títulos para negociação</b>					
Fundo exclusivo	Cenário Stress	7.762	7.722	(40)	(23)
FIC institucional	Test BMF2				
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>					
Letras financeiras do tesouro - LFT	Cenário Stress	105	105	-	-
	Test BMF2				
<b>Total Geral</b>		<b>7.867</b>	<b>7.827</b>	<b>(40)</b>	<b>(23)</b>

### Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma sociedade não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em prazo determinado. O gerenciamento de risco de liquidez deve prever um adequado sistema de controle e procedimentos para prevenir a falta de recursos para o cumprimento das obrigações financeiras.

É mantida uma reserva com o objetivo de atender as necessidades de caixa de curto prazo, como forma de mitigar o risco de liquidez. Esta reserva visa garantir o pagamento das despesas operacionais, no caso da ocorrência de eventos que comprometam o fluxo de caixa. Por esse motivo, a Companhia mantém pelo menos 10% de seus ativos livres em aplicações de liquidez imediata. O atual nível de liquidez imediata é de 83,94%.

## 5. Aplicações em títulos e valores mobiliários

### a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

	30/06/2018			Valor contábil	Valor mercado	%	Taxa de juros
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses				
<b>I. Títulos para negociação</b>							
<b>Fundo exclusivo</b>							
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	4.892	-	-	4.892	4.892	62,18%	Pós fixado
Quotas de fundos de investimentos multimercado	2.704	-	-	2.704	2.704	34,37%	Pós fixado
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	166	-	-	166	166	2,11%	Pós fixado
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>							
Letras financeiras do tesouro – LFT	-	-	105	105	105	1,34%	100% Selic
<b>Total geral</b>	<b>7.762</b>	<b>-</b>	<b>105</b>	<b>7.867</b>	<b>7.867</b>	<b>100%</b>	
	31/12/2017			Valor contábil	Valor mercado	%	Taxa de juros
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses				
<b>I. Títulos para negociação</b>							
<b>Fundo exclusivo</b>							
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	5.426	-	-	5.426	5.426	67,08%	Pós fixado
Quotas de fundos de investimentos multimercado	2.162	-	-	2.162	2.162	26,73%	Pós fixado
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	306	-	-	306	306	3,78%	Pós fixado
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>							
Letras financeiras do tesouro – LFT	-	195	-	195	195	2,41%	100% Selic
<b>Total geral</b>	<b>7.894</b>	<b>195</b>	<b>-</b>	<b>8.089</b>	<b>8.089</b>	<b>100%</b>	

O valor de mercado das quotas dos Fundos de Investimento foi apurado com base nos valores divulgados pelos Administradores dos fundos nos quais a Seguradora aplica seus recursos.

Os títulos públicos federais, classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, foram contabilizados pela curva do papel.

A companhia tem capacidade financeira suficiente para liquidar os títulos classificados como “mantidos até o vencimento” nas datas finais acordadas nos contratos de aquisição.

## b) Movimentação das aplicações financeiras

Movimentação das Aplicações Financeiras	Saldo em 31/12/2017	Aplicações	Resgates	Vencimento	Rentabilidade	Saldo em 30/06/2018
<b>I. Títulos para negociação</b>						
<b>Fundo exclusivo</b>						
FIC Institucional	7.894	190	(500)	-	178	7.762
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>						
Letras financeiras do tesouro - LFT	195	103	-	(197)	4	105
<b>Total geral</b>	<b>8.089</b>	<b>293</b>	<b>(500)</b>	<b>(197)</b>	<b>182</b>	<b>7.867</b>

## c) Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.

	30/06/2018		31/12/2017	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
<b>Títulos para negociação</b>	<b>7.762</b>	<b>7.762</b>	<b>7.894</b>	<b>7.894</b>
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	4.892	4.892	5.426	5.426
Quotas de fundos de investimentos multimercado	2.704	2.704	2.162	2.162
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	166	166	306	306
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>105</b>	<b>105</b>	<b>195</b>	<b>195</b>
Letras financeiras do tesouro – LFT	105	105	195	195
<b>Total geral</b>	<b>7.867</b>	<b>7.867</b>	<b>8.089</b>	<b>8.089</b>

## 6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da Resolução nº 4.444/2015 e alterações, e a SUSEP por meio da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

	30/06/2018	31/12/2017
Composição dos ativos financeiros	7.867	8.089
Composição dos ativos vinculados à cobertura do capital de risco	105	195
<b>Ativos livres</b>	<b>7.762</b>	<b>7.894</b>

A custódia destes títulos e valores mobiliários é exercida pela Central de Custódia e Liquidação de Títulos (CETIP) e pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) ou por instituições financeiras credenciadas.

## 7. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro 2017, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado da Seguradora, é composto de 4.300.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1 (um real) cada uma, composto como segue:

	Participação
Sinaf Participações S.A.	99,00%
Ione de Medeiros Bocayuva Bulcão	1,00%
	<b>100,00%</b>

### b) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado a forma da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha um saldo de dividendos a pagar de R\$ 25. Em 30 de março de 2018, foi aprovada, através de Ata de Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 73 e o pagamento total de R\$ 98.

### c) Reservas

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro do exercício e o restante é destinado para reserva de lucros.

### d) Demonstrativo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR)

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	8.032	8.185
1. Ajustes contábeis	-	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO SUBTOTAL</b>	8.032	8.185
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA)</b>	8.032	8.185
3. Capital Base	2.680	2.680
4. Capital de Risco (ii)	155	248
Capital de risco de mercado – CRM (i)	74	199
Capital de risco de crédito – CAC (i)	119	106
Benefício da diversificação	(38)	(57)
<b>CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR, maior entre 3 e 4)</b>	2.680	2.680
<b>(+) PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA)</b>	<b>8.032</b>	<b>8.185</b>
<b>(-) CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR)</b>	<b>2.680</b>	<b>2.680</b>
<b>Suficiência de capital - R\$</b>	<b>5.352</b>	<b>5.505</b>
<b>Suficiência de capital (% do CMR)</b>	<b>199,70%</b>	<b>205,40%</b>

(i) Os cálculos para os valores apurados em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 estão de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.



- (ii) O índice de liquidez do Ativo em Relação ao Capital de Risco em 30 de junho de 2018 é de 339,98%. O valor mínimo definido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações é de 20%.

### 8. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e a contribuição social calculados de acordo com as alíquotas nominais e as alíquotas efetivas, como seguem, nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, respectivamente:

	30/06/2018		30/06/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	(80)	(80)	126	126
Alíquota nominal	25%	20%	25%	20%
Impostos à alíquota nominal	-	-	(32)	(25)
Parcela dedutível	-	-	12	-
Impostos à alíquota efetiva	-	-	(20)	(25)

A Companhia não possui prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou diferenças temporárias sobre os quais deveria constituir impostos diferidos.

### 9. Detalhamento das contas de resultado

#### a) Despesas administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com pessoal próprio	(110)	(110)
Despesas com serviços de terceiros	(69)	(72)
Despesas com localização e funcionamento	(10)	(10)
Despesas com publicidade e propaganda	(49)	(54)
Despesas com Donativos e contribuições	-	(15)
<b>Total</b>	<b>(238)</b>	<b>(261)</b>

#### b) Despesas com tributos

	30/06/2018	30/06/2017
Taxa de Fiscalização – SUSEP	(28)	(27)
<b>Total</b>	<b>(28)</b>	<b>(27)</b>

#### c) Resultado financeiro

	30/06/2018	30/06/2017
<b>Receitas</b>		
Receitas financeiras	182	409
Outras receitas financeiras	4	5
<b>Resultado financeiro</b>	<b>186</b>	<b>414</b>

### 10. Transações com partes relacionadas

A seguradora remunerou seus administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários, por meio de pró-labore no montante de R\$ 90 em 30 de junho de 2018 (R\$ 90 em 30 de junho de 2017). Não existem outros benefícios pagos aos Administradores.

